

A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE TIMORENSE

ALGUMAS PROPOSTAS ESTRUTURAIS

Por Mário Lemos Pires
ex-Governador de Timor

1. UM QUADRO DE REFLEXÃO

O caso de Timor-Leste trata-se "tão só de uma questão de defesa dos direitos humanos e do reconhecimento a Timor-Leste do direito inalienável à autodeterminação e à independência bem como à sua identidade cultural e religiosa própria".

PR Mário Soares, no discurso pronunciado em 23.10.89 na UNESCO.

----- *** -----

"Portugal potência administrante tem continuado a reafirmar o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e, pelos meios ao seu alcance, não deixará nunca de lutar para que Timor-Leste possa escolher livremente o seu futuro - assim cumprindo aliás as regras do direito internacional, os princípios da Carta e as deliberações da ONU, o concernente ao Artº. 29º. da Constituição Portuguesa, dando satisfação à vontade dos portugueses, unanimemente repetida em sucessivas deliberações do seu Parlamento"

do Relatório elaborado pela Comissão Eventual da AR para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste.

----- *** -----

"... É a Indonésia que diz que o povo de Timor Oriental já escolheu a integração mas o próprio Povo de Timor nunca disse isso.

Portugal quer deixar ao tempo a resolução do problema.

E nós vamos morrendo como povo e como nação"...

Carta de 6FEV89, enviada por Mons. Ximenes Belo ao Secretário-Geral da ONU e na qual solicitava a realização de um Referendum em Timor.

----- *** -----

"O papel de Portugal neste momento será o de retomar essa aliança histórica, livremente celebrada entre portugueses e timorenses para defender, até ao fim, o direito do Povo Timorense à autodeterminação e independência ... A aliança entre o Povo Português e o Povo Timorense terá que ser demonstrada pelos representantes do Povo Português de uma forma prática, mais aguerida e não apenas numa posição de defesa, como tem sido até agora".

Vicente Guterres (UDT), nas I Jornadas de Timor na Universidade do Porto, em SET89.

----- *** -----

"A Convergência Nacionalista ... corporiza um fenómeno sociológico que é o reordenamento do tecido social timorense. A Convergência Nacionalista ao ter preconizado um sistema democrático pluripartidário, criou condições para o empenhamento de todos os timorenses na luta, e produziu o salto qualitativo que ainda faltava dar, e que era transformar as Falintil - exército da FRETILIN - num exército nacional de resistência".

Abílio Araújo (FRETILIN), nas I Jornadas de Timor na Universidade do Porto, em SET89.

----- *** -----

"A única saída justa, digna e honrosa para o povo timorense é a independência".

Moisés da Costa Amaral, um texto terminado poucas ho

ras antes do seu falecimento, em 22FEV89.

----- *** -----

"Mataram e humilharam os pais, mas os filhos erguem-se orgulhosos de não serem indonésios e afrontam a morte para proclamar a sua diferença".

Jean-Pierre Catry, no Diário de Notícias de 7FEV90.

----- *** -----

"O ministro indonésio da Defesa, general Benny Murdani declarou em finais de Fevereiro às forças timorenses em Dili que não admitiria "mais violações da lei e ordem no território"; "se alguém quizer manifestar-se a favor da independência, as nossas (indonésias) forças armadas destruirão tal tentativa"; acusou, ainda, os membros do Governo local de "serem traidores que activamente apoiam a luta de guerrilha no interior de Timor-Leste".

no Jornal australiano Herald, citado no Diário de Notícias de 16MAR90.

----- *** -----

"Os indonésios deveriam ter-se dirigido às Nações Unidas em vez de invadirem o território, uma vez que repetidamente alegam que o processo de descolonização estava em risco".

Embaixador Costa Lobo, na Comissão dos Direitos Humanos da ONU, referido no Diário de Notícias de 7FEV90

----- *** -----

"Por outro lado, se Portugal na época colonial estava isolado como réu na ONU, sendo então a Indonésia um dos acusadores, hoje a posição portuguesa sobre o caso de Timor, sendo a Indonésia o réu, está longe do isolamento

to nas Nações Unidas, pressupõe a coerência externa da Comunidade Europeia (que nesta matéria tem sido expressa) e cada vez mais força a clarificação do mandato que para o caso o Secretário-Geral Perez de Cuellar detém".

Carlos Albino, no Diário de Notícias de 19OUT89.

2. UMA SÍNTESE CONCLUSIVA

a. Algumas conclusões da situação

- os timorenses, contra a expectativa generalizada, têm demonstrado ao longo de quinze penosos anos a sua vontade de resistir contra a ocupação indonésia, preservando a sua identidade; à resistência armada dos homens de Timor vem agora somar-se a manifestação dos jovens que cresceram na ocupação indonésia;
- a igreja católica timorense tem tido um papel de relevo na resistência à anexação indonésia, reforçando a identidade timorense, protegendo e mitigando dos horrores da ocupação e corajosamente denunciando e exigindo perante a comunidade nacional e internacional;
- Portugal sempre afirmou a sua obrigação moral e histórica para com o povo de Timor; mas a critica timorense é de que Portugal não tem feito tudo o que deve e pode fazer;
- o governo indonésio considera a anexação irreversível e tem procurado, com êxito, neutralizar as diligências portuguesas e internacionais de apoio à autodeterminação do povo timorense; no entanto, é progressivamente mais sensível à crítica internacional;
- a opinião mundial, após grande apatia sobre a situação em Timor-Leste, tem-se agitado em favor do povo timorense, especialmente durante e após

a visita do Papa ao território.

b. A grande ameaça

A situação de anexação e procura sistemática, pelo governo indonésio, da destruição da identidade timorense dura há cerca de quinze anos e pode prolongar-se por muito mais tempo, enquanto não fôr conseguida uma solução política. O perigo é de que a identidade timorense não resista no tempo, podendo acontecer que quando surgir a solução política já não haja povo timorense enquanto tal.

c. Portugal tem obrigações e interesses

Para além da obrigação moral e histórica, assumida pelo Estado e pelo povo português para com o povo timorense, Portugal tem interesse na preservação da identidade (cultural e não só) timorense porque esta resulta, também, da influência do convívio luso-timorense. Perdurar na cultura timorense é do interesse português quer como valor histórico e afectivo quer como factor de prestígio mas também de interesse político-económico.

3. ALGUMAS PROPOSTAS ESTRUTURAIS

- a. O Estado português deve organizar-se de forma eficiente para gerir a questão de Timor porque é da sua obrigação, da sua possibilidade e do seu interesse.

O sistema adoptado deve ter em prioridade o relacionamento fácil e funcional dos diversos elementos intervenientes para que seja possível conseguir, naturalmente, um consenso e convergência de esforços.

É fundamental a ligação e o entendimento entre as estruturas do Estado e as estruturas representativas do povo timorense.

Por outro lado, o sistema deve relacionar-se com

flexibilidade com os organismos internacionais e os parceiros estrangeiros mais privilegiados.

As relações prioritárias e fundamentais enunciadas não impedem, pelo contrário suscitam, complementamente, a abertura às organizações da sociedade civil portuguesa e timorense e, quando for útil, estrangeira.

b. Com vista à preservação da identidade e património timorense preconizam-se duas estruturas:

- Um "Instituto (Fundação) Luso-Timorense", não estatal mas por este apoiado, tendo por finalidade manter e aprofundar as relações culturais luso-timorenses. Numa fase transitória teria também a finalidade de contribuir para preservar a identidade cultural timorense. Seria dirigido por uma Entidade nacional de reconhecida idoneidade e prestígio. Após a sua fundação procuraria criar antenas (delegações) na Austrália, por razões óbvias e, logo que possível, no território timorense.
- Um "Secretariado Geral dos Assuntos de Timor" órgão dependente do Governo Português, de preferência da Presidência do Conselho de Ministros, tendo por finalidade administrar o património (estudos, estatística, documentação, etc., reunindo de forma acessível o que existe e coligindo os novos dados) e os cidadãos timorenses (de forma específica em relação aos outros cidadãos portugueses e promovendo o seu desenvolvimento profissional). Seria dirigido por uma Alta Autoridade nomeada pelo Governo e poderia empregar uma percentagem significativa de cidadãos timorenses, agora funcionários públicos portugueses. Esta estrutura representaria inequivocamente a assumpção portuguesa como potência administrante.

c. Com vista ao accionamento político da solução da questão de Timor-Leste são bastantes e adequadas as entidades estatais agora interessadas, devendo ser-lhes assegurado um eficiente apoio:

- Presidência da República, com um Gabinete (ou outro tipo de organização) para apoio do PR;
- Assembleia da República, especificamente através da Comissão Eventual para Acompanhamento da situação em Timor-Leste, dispondo de suficiente apoio para garantir, em permanência, o registo e estudo sistemático da situação;
- Governo, especificamente através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, dispondo de um gabinete de apoio com capacidade de estudo, planeamento e acompanhamento.

d. Com vista à representatividade funcional do povo de Timor-Leste é vantajoso, mesmo necessário, que os timorenses livres da tutela indonésia, estejam organizados para manter funcional uma estrutura que os represente. Na fase actual parece ser a Convergência Nacionalista a estrutura adequada.

Deve assegurar credibilidade para a sua representatividade (selecção/eleição dos membros representantes, audição das diversas opiniões) e eficiência (capacidade de estudo, planeamento e funcionamento). É, naturalmente, um interlocutor privilegiado para a questão de Timor, por direito e por prestígio.

e. A estrutura básica do sistema português para a questão de Timor seria, pois, o PR (Gabinete para os assuntos de Timor), a AR (Comissão Eventual) e o Governo (Gabinete do MNE e Secretariado Geral dos Assuntos de Timor/PCM), cujos órgãos respectivos se deveriam ligar funcionalmente com vista à convergência de esforços; não se vê necessidade ou vantagem em criar qualquer órgão superior de coordenação e

decisão pois as relações institucionais vigentes asseguram essa coordenação e a capacidade de decisão oportuna.

Os órgãos da estrutura básica manteriam relações privilegiadas com a estrutura representativa do povo timorense.

- f. O sistema preconizado deve ser aberto, pelo que todas as organizações, movimentos ou sedes de opinião, portuguesas, timorenses e mesmo estrangeiras, desde que positivamente interessadas na resolução da questão de Timor-Leste, devem ser ouvidas ou contactadas, em função do seu interesse e da oportunidade.

----- *** -----

ABRIL DE 1990